

Disciplina curricular de língua inglesa em escolas públicas: metodologia e suas atribuições na formação do aluno

RESUMO

O presente artigo tem como principal objetivo, primeiramente, descrever de maneira ampla quais são os anseios da disciplina de Língua Inglesa em escolas públicas em busca de contribuir para a reflexão de um processo de ensino/aprendizagem significativo, o qual envolva verdadeiramente os principais agentes de tal processo: professor e aluno, bem como expor as principais características da metodologia que norteia os documentos oficiais sobre o ensino de língua estrangeira nas escolas regulares, relacionando-os e contribuindo para que haja uma iniciativa de ações que podem contribuir para o aperfeiçoamento do ensino da disciplina no contexto das escolas públicas. Por fim, são apresentados comentários acerca da possibilidade de um constante aperfeiçoamento ao nosso sistema de ensino/aprendizagem no que diz respeito à disciplina de Língua Inglesa, viabilizando, de fato, o acontecer significativo da aprendizagem da disciplina dentro das realidades e contextos apresentados. A conclusão é que apesar das dificuldades encontradas no que diz respeito ao ensino de língua inglesa no ambiente escolar, há sempre expectativas de uma contínua otimização de tal processo.

PALAVRAS-CHAVE: Anseios. Ensino. Significativo. Aprendizagem.

Dayane Horwat Imbriani de Oliveira

dayane.horwat@hotmail.com

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Medianeira, Paraná, Brasil.

Joyce Maria Maltauro Juliano

joyce@utfpr.edu.br

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Medianeira, Paraná, Brasil.

INTRODUÇÃO

O ensino de língua estrangeira moderna no Brasil foi sancionado a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96 que determinou a obrigatoriedade de oferta de ao menos uma língua estrangeira moderna iniciando-se a partir da antiga quinta série do primeiro grau, atual sexto ano do ensino fundamental. A escolha da língua é atribuída à disponibilidade em concedê-la que é proveniente da comunidade escolar, a qual - com o objetivo de definir a língua presumivelmente adotada - deverá ponderar quais são, obviamente, as reais necessidades linguísticas presentes no contexto que abarca a sociedade e, tais necessidades podem denotar caráter cultural, econômico ou/e geopolítico. Nesse sentido, salienta-se que “(...) entendemos ser necessário considerar critérios didático-metodológicos norteadores para definir que línguas estrangeiras modernas devem ser incluídas no currículo escolar formal” (SANTOS, 2012, p.39).

O presente estudo discute aspectos relacionados às atividades de ensino da Língua Inglesa, visto que, atualmente esta língua expressa um caráter universal, sendo considerada a língua da comunicação. Não podemos negar que o inglês, atualmente, “é a língua dos esportes, do cinema, da internet. Ela está presente nos restaurantes, hotéis, nas rodadas de negócios, nos aeroportos, congressos internacionais, na diplomacia, nos meios científicos, na publicidade” (SIQUEIRA E ANJOS, 2012, p.135).

Embora os alunos iniciem o estudo da língua inglesa no sexto ano do ensino fundamental e convivam com a mesma ao longo de vários anos durante sua vida escolar, da mesma maneira que observam a presença da língua em ambientes que abarcam seus contextos sociais, sentem dificuldades em reconhecer o que foi aprendido e o que eles conseguem compreender desta língua. O que lamentavelmente corrobora para o discurso equivocado e altamente disseminado por múltiplas vozes – professores, comunidade escolar e etc. - de que o ensino e aprendizado de língua inglesa em escolas públicas são resultantes apenas de recorrentes fracassos, ou “de que é impossível se aprender inglês nas escolas públicas brasileiras” (SIQUEIRA E ANJOS, 2012, p.128).

Dessa forma, no presente estudo se propõe investigar quais são as responsabilidades e anseios da disciplina de LEM - inglês - em escolas públicas, objetivando identificar quais são suas reais atribuições bem como, mencionar

aspectos a respeito da metodologia que norteia os documentos oficiais do estado do Paraná e sua estreita relação com todo o processo de ensino aprendizagem.

Faz-se necessário a realização desse estudo, pelo fato de que se busca compreender e esclarecer quais são as atribuições gerais da disciplina de LEM – inglês em escolas regulares, motivando-se pela considerável influência que tais atribuições exercem ao longo de todo o processo de ensino-aprendizagem, bem como, a contribuir para a incitação de uma postura reflexiva e crítica frente aos objetivos e metodologias por parte dos principais sujeitos integrantes do processo de ensino/aprendizagem: professor e aluno.

A partir de tal percepção, realizamos a investigação, por meio de uma pesquisa bibliográfica, a respeito das metodologias que formalmente norteiam as atividades pedagógicas com a finalidade de elencar suas características e aplicabilidade no ensino de Língua Inglesa em escolas regulares. Do mesmo modo, destaca-se a ânsia em ressaltar a relação da metodologia aplicada com o compromisso de viabilizar um processo de ensino aprendizagem, o qual efetivamente coopere para a formação íntegra do aluno, que o transforme em um: “Ser humano crítico, analítico, informado e que possa compreender e conduzir adequadamente o mundo que o rodeia” (CAMARA, 2004, p.2).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Todo conteúdo presente na grade curricular da disciplina torna-se relevante na medida em que, professor e aluno são capazes de realizar uma compressão crítica e significativa do mesmo. A partir da compreensão significativa do conteúdo, o professor consciente de que suas atividades pedagógicas estão coerentes e condizentes com os objetivos traçados para determinado conteúdo realiza suas funções com júbilo, pois, atribui um sentido à realização de tal atividade. Deste modo, o professor possibilita que o aluno amplifique sua percepção no que diz respeito à relevância da aprendizagem do conteúdo proposto, contribuindo como pensamento de que professor e aluno necessitam atribuir sentido ao que está sendo estudado. Freire salienta que:

[...] além de reter a informação, ele precisa compreendê-la, ou seja, atribuir um sentido pessoal a ela, porque é através disso que será capaz de não só, guardar o conhecimento e aplicá-lo em longo prazo, como também, se transformar, no

sentido de conhecer a si próprio permanentemente como sujeito corresponsável pelas suas aprendizagens e susceptível às transformações que elas provocam, sejam comportamentais, cognitivas ou afetivas (FREIRE, 2009, p. 277).

Uma vez mais, destaca-se a necessidade de que os principais sujeitos do processo de ensino e aprendizagem, professor e aluno, desenvolvam a capacidade de reconhecer claramente quais são os anseios da disciplina – ou de uma forma geral, dos conteúdos pertinentes a ela -, ato que implicará profundamente nos resultados das ações em favor da aprendizagem, ou seja, se o aluno não compreende o sentido de estar estudando determinado conteúdo, logo tal conteúdo, de acordo com o seu ponto de vista, será classificado como inútil o que conseqüentemente produzirá resultados pífios.

Por conseguinte, cria-se um ciclo negativo que:

[...] impede o desenvolvimento, de um programa progressivo para a disciplina, o que causa em grande parte dos alunos e em alguns gestores escolares a sensação de não progressão e continuidade dos conteúdos, de se estar sempre ensinando e aprendendo a mesma coisa, o que acarreta na definição de não seriedade da atuação do professor e na conseqüentemente desvalorização da disciplina dentro da instituição”(GIMENEZ, PERIN E SOUZA, 2003, p.173 e 174).

Tais resultados tornam-se “frustrantes para professores e aprendizes e parecem ser o reflexo da falta de esclarecimento acerca da verdadeira finalidade do ensino no ambiente da escola regular” (SIQUEIRA E ANJOS, 2012, p.133). Reforçando tal pensamento no sentido de valorização da aprendizagem, particularmente em relação à disciplina de língua inglesa para que seja consciente e significativa, Leffa (1999, p. 18) argumenta que: “é óbvio que no momento em que se valoriza o conhecimento, cria-se um contexto favorável para a aprendizagem da língua estrangeira, veículo importante para a divulgação do conhecimento”.

As Diretrizes Curriculares Estaduais (DCEs) determinam, de uma maneira geral e objetiva, a verdadeira função de todas as disciplinas estabelecidas no currículo: “Construir uma sociedade justa, onde as oportunidades sejam iguais para todos”. (DCEs, 2008, p. 14). Dessa forma, reitera-se que o proposto, nesse estudo, vai além

da compreensão das atribuições comuns a todas as disciplinas em um sentido maior, pois o anseio é a delimitação da disciplina em questão.

Espera-se que o educando, ao longo de sua vida escolar, paulatinamente, seja instigado e “comece a perceber a relação entre a linguagem e ideologia, linguagem e classe social e linguagem e poder” (FREIRE,1985, p.48), tornando-se consciente ao utilizar sabiamente as oportunidades que o estudo e compreensão de uma língua podem oferecer, levará todos os cidadãos a possibilidades mais distintas. Por isso, o ensino de língua estrangeira no ambiente escolar torna-se tão relevante.

O ensino de uma língua estrangeira no contexto das escolas regulares justifica-se por estar embasado na inquestionável consideração de seu valor educacional e cultural para o desenvolvimento pleno do aluno enquanto cidadão. Direito, assegurado por lei, conforme nossa Constituição Federal (Art. 205, 1988), no que diz respeito ao objetivo maior da educação, quando destaca: “(...) o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Uma das principais motivações para o ensino e aprendizagem de uma Língua Estrangeira Moderna nos contextos escolares é justamente a percepção de que desenvolver tais conhecimentos é preocupar-se em aperfeiçoar uma valiosa e poderosa ferramenta de comunicação, importante, também, para melhores oportunidades de trabalho. A língua inglesa, altamente reconhecida por sua presença global, destaca-se nesse contexto, por ser falada no mundo todo e ser reconhecida como a língua estrangeira da sociedade capitalista contemporânea.

De acordo com Câmara, a respeito do ensino de Língua Inglesa em escolas públicas: “A maioria das propostas citadas, no levantamento feito pelos “Parâmetros Curriculares Nacionais” (PCNs), prioriza o desenvolvimento da habilidade de compreensão da escrita.” (CÂMARA, 2004, p.2). Circunstância condizente com alguns aspectos fatalmente verificados na atual realidade de nossa educação brasileira com classes muito numerosas, escassez de materiais adequados, número reduzido de aulas por semana, entre outros. Contudo, segundo Siqueira e Anjos (2012, p. 132) “(...) o ensino e a aprendizagem da língua inglesa nas escolas públicas, nosso foco específico aqui, precisam adequar-se à nova realidade, buscando, mesmo diante de tantas dificuldades que circundam esses espaços educacionais, atender às exigências do momento atual”.

Em nosso contexto atual, percebemos a necessidade de saber uma segunda língua por ser ela uma ferramenta essencial para promover diversas formas de comunicação e interação. É a língua que, de acordo com Santos (2012, apud FARACO, 2002) “permite-nos comunicar com diferentes pessoas e interagir com textos de vários gêneros literários, sejam eles escritos ou pronunciados, formando o discurso, sempre com um objetivo que vai além da superficialidade das palavras e/ou frases desconexas.”

A proposta que constitui as Diretrizes Curriculares Educacionais do estado do Paraná pondera a utilização da metodologia denominada Abordagem Comunicativa.

O documento referido afirma que, tal metodologia:

[...] tem orientado o trabalho em sala de aula. Esta opção favorece o uso da língua pelos alunos, mesmo de forma limitada, e evidencia uma perspectiva utilitarista de ensino, na qual a língua é concebida como um sistema para a expressão do significado, num contexto interativo. (DCE-LEM, 2008 p. 50)

Dessa forma, espera-se que o ensino de uma língua estrangeira não seja resumido apenas na sistematização e decodificação de um novo código. É inadequado afirmar que se trata apenas de um momento de apropriação de signos, mesmo porque estamos falando da aprendizagem de uma nova língua, ou seja, a construção de novos discursos, os quais, nunca são vazios e de acordo com as DCEs (2008, p.55) “Todo discurso está vinculado à história e ao mundo social”. Assim, podemos perceber que os discursos carregam consigo ideologias que permeiam os ambientes vivenciados.

Os autores Richter e Balbinot (2001, p.1) estabelecem uma clara e objetiva caracterização da metodologia citada afirmando que: “A abordagem comunicativa se caracteriza por ter o foco no sentido, no significado e na interação propositada entre os sujeitos que estão aprendendo uma nova língua.” Ao utilizar a Abordagem Comunicativa, como método em sala de aula, espera-se que o professor seja capaz de propor aos seus alunos atividades que enalteçam a função real da língua, que haja o envolvimento desses alunos em situações em que os mesmos sintam a verdadeira necessidade de saber/conhecer quais recursos da língua estudada utilizar, do mesmo modo que, sejam capazes de realizar adequações de tais recursos da língua a fim de melhor utilizá-los em diversos tipos de situações.

O conhecimento dos recursos linguísticos da língua, embora não assegurem o desenvolvimento íntegro de competências comunicativas, não podem ser considerados de valor nulo ao processo de ensino/ aprendizagem. Richter e Balbinot (2001, p.2) expressam preocupações nesse sentido, por meio da seguinte afirmação: “sendo assim, o ensino comunicativo está direcionado ao uso (habilidades), mas admite a necessidade do domínio e, portanto, do ensino das formas (conhecimento).”

Certamente, considera-se de grande relevância que os alunos ao longo da construção de seus conhecimentos na língua-alvo sejam expostos a atividades metodológicas que trabalhem aspectos de recursos linguísticos de uma forma implícita nas demais atividades, ou seja, os conhecimentos de natureza gramatical deverão ser introduzidos por meio de atividades que com o foco primordial na exploração de competências da comunicação oportunizem, igualmente e paralelamente, a aprendizagem de conteúdos estruturais e gramaticais evidenciando sua real necessidade de aprendizagem, inserindo-os de maneira pragmática em um contexto.

Com o intuito de proporcionar aos educandos situações autênticas e que de fato, promovam a interação aluno- língua alvo – situação real, dando ênfase aos aspectos realmente importantes da língua, tais como, a relevância de sua função social e real enquanto importante meio de comunicação, algumas funções fundamentais, destacadas por Lima e Filho (2013, apud SOUZA, 2005, p.57), devem estar presentes ao longo da utilização da metodologia. São elas:

- Como pedir informações;
- Como dar informações;
- Como fazer convites;
- Como expressar o interesse;
- Como expressar paciência;
- Como mudar de assunto no diálogo.

Nas palavras de Câmara (2004, p.3) “A metodologia comunicativa propõe o uso da língua não através da gramática, mas sim de situações do cotidiano: ir ao supermercado, falar ao telefone, pedir informação do aeroporto...”. Deste modo, percebe-se que a metodologia abordada estabelece que a aprendizagem deverá ocorrer com o foco maior no sentido, na significação do conteúdo estudado e

concomitantemente oferecendo procedimentos que assegurem uma efetiva interação.

Igualmente, Lima e Filho (2013, p.23) dizem que “a abordagem comunicativa defende que a unidade básica da língua é o ato comunicativo ao invés da frase.” Acentuando a inquietação no sentido de que o ensino e aprendizagem da língua não podem ser reduzidos a momentos elementares de memorização. No método da abordagem comunicativa, ainda de acordo com Lima e Filho (2013, p.23): “a competência comunicativa é o objetivo e não a memorização de regras.” Tal afirmação, deixa claro que no ensino e aprendizagem por meio da metodologia em evidência, a simples memorização de conteúdos não pode ser considerada uma atividade aliada e que colabora com o desenvolvimento dos conhecimentos dos alunos.

Ainda que, os documentos oficiais do estado apresentem como referencial a utilização da metodologia apresentada anteriormente, sabe-se que existem outras metodologias aplicadas no âmbito escolar e a “crítica mais contundente é a inexistência do método perfeito” – (VILAÇA, 2008, p.81) – por ser evidente que todo o processo de ensino-aprendizagem está relacionado com diversos fatores, tais como: “cognitivos, afetivos, sociais, culturais, entre outros (...)” (VILAÇA, 2008, p.81). Tais aspectos contribuem para a reflexão e elucidação de que a busca pelo aperfeiçoamento e melhoramento de todo o processo de ensino/aprendizagem de língua inglesa em escolas públicas não pode estar pautado, unicamente, na busca de um método mais efetivo do que esse ou aquele. Visto que, de uma maneira mais abrangente, o repensar e reavaliar das posições sobre as questões norteadoras do processo devem estar centradas em como o aluno – o qual deve ser considerado o principal agente da apropriação do conhecimento – aprende e não necessariamente em como fazê-lo aprender.

Desse modo, é necessário considerar o aluno como principal agente do processo de aquisição do conhecimento é reconhecê-lo como sujeito histórico, que por meio de suas interações ativas é capaz de construir sua identidade por meio das experiências que vivencia.

2.1 LÍNGUA INGLESA – DISCIPLINA CURRICULAR E SEUS ANSEIOS

Segundo a proposta das Diretrizes Curriculares Estaduais (2008, p.29), a organização do ambiente escolar deverá ser arquitetada considerando “o currículo como configurador da prática, produto de ampla discussão entre os sujeitos da educação, fundamentado nas teorias críticas e com organização disciplinar.”

Por isso, discutir, estabelecer e viabilizar relações com as sugestões propostas nos documentos que norteiam a presença da disciplina de Língua Estrangeira Moderna e o que verdadeiramente ocorre em sala de aula é, decerto, um dos maiores e mais importantes passos para a construção de todo um processo consciente de ensino e aprendizagem. O que é exposto com precisão por Oliveira (2009, p.22), expondo que “se não houver uma função clara, um objetivo claro para a aprendizagem, não se pode justificar a manutenção de uma língua estrangeira no currículo das escolas públicas”.

Contribuindo com o pensamento do autor, destaca-se que o grau de interesse manifestado pelos alunos também é um fator ímpar para realização de um trabalho mais consciente em sala de aula, porque frequentemente “o desinteresse dos alunos faz com que os mesmos não percebam a evolução dos conteúdos” (GIMENEZ, PERIN E SOUZA, 2003, p.172)

Com o intuito de desvelar o sentido do ensino/aprendizagem da língua inglesa em escolas públicas, primeiramente é necessário que “se delimite uma visão de linguagem mais ampla, vinculada aos contextos socioculturais aos quais se relaciona e que se considerem os conhecimentos prévios e a “bagagem” cultural que cada aluno possui para que se possa relacionar o que se aprende ao que já se sabe.” (DIAS e SOUZA)

Certamente, o primeiro passo para que o aluno realmente se envolva com o seu próprio processo de aprendizagem é despertar no mesmo, o anseio de aprender, a consciência de que tal aprendizado será necessário para sua formação acadêmica, bem como, para sua vida social e posteriormente para sua vida profissional. Nessa perspectiva, é válido ressaltar e dedicar-se a desmistificar uma das maiores comparações presentes no ambiente das escolas públicas, que trata do duradouro discurso de que lugar para aprender inglês é em escolas de idiomas. O que de fato ocorre é a falta de clareza acerca dos objetivos de cada ambiente e a capacidade de perceber que “os objetivos do ensino de idiomas em escola regular são diferentes dos objetivos dos cursos de idiomas. Trata-se de instituições com finalidades diferenciadas” (DIAS e SOUZA).

Portanto, é imprescindível afirmar que a função do ensino da língua inglesa em ambiente escolar regular transcende parâmetros de desenvolvimentos que estejam tão somente e exclusivamente relacionados, por exemplo, as habilidades de leitura, escrita, oralidade e compreensão.

Consuma-se que:

[...] Sendo assim, a sala de aula de LE deve servir como espaço para discussão de assuntos relevantes para a formação do aprendiz, onde, ao lado da exposição aos aspectos linguísticos em contexto, são proporcionadas oportunidades para explorarem-se diferentes visões de mundo, visando ao desenvolvimento da consciência crítica do aprendiz a partir do acesso a temáticas relacionadas à esperança, à paz, cidadania, a direitos humanos, condutas, valores, crenças e comportamentos, tornando o processo prazeroso e significativo para todos. (Siqueira e Anjos, 2012, p. 16)

Considerando o exposto, demonstra-se uma real preocupação em analisar as questões relacionadas à metodologia sugerida, em razão da mesma ser uma espécie de norteamento do professor e que, dessa forma, evidencia-se a importância de desenvolver, cada vez mais a necessidade de “ (...) investigar não o que antecede este processo e o seu resultado, mas os processos interativos que caracterizam o contexto da sala de aula, isto é, como o professor ensina e como o aluno aprende” (CAVALCANTI E MOITA, 2012, p. 136).

Lamentavelmente, sabemos que para constatar certas realidades presentes nas escolas públicas brasileiras “não precisamos nos debruçar em estudos mais profundos para sabermos que ensinar e aprender inglês nesse ambiente tem, na maioria dos casos, sido orientados por e para aspectos gramaticais apenas (SIQUEIRA E ANJOS, 2012, p.132). Fato que, ainda de acordo com os mesmos autores, “(...) são práticas pedagógicas tidas como maçantes e desinteressantes, desprovidas de quaisquer sinais que representem alguma relevância social para o aprendiz.” Essas posturas vão em um sentido oposto aos estudos sociolinguísticos atuais que prezam pelo ensino da língua a partir de sua funcionalidade e expressividade, defendendo notoriamente uma competência de uso.

Sabemos ainda que, o professor é um dos agentes mais importantes que estão presentes em todo o processo de ensino/aprendizagem, porque é ele o responsável pelos conteúdos que deverão ser aprendidos, as atividades metodológicas que poderão ser utilizadas para a aquisição de tal conhecimento,

tal como, ao aluno que espera encontrar no professor um guia para realização das atividades de aprendizagem. De acordo com Siqueira e Anjos:

[...] Ciente ou não de sua enorme e fundamental responsabilidade, mesmo diante das já bem conhecidas dificuldades que o acompanham neste contexto, é o professor o grande mediador para que se entenda de forma clara que é possível se aprender línguas na escola pública, desde que apostemos no seu funcionamento a partir da desconstrução de vários mitos (Siqueira e Anjos, p. 12, 2012)

Por meio de tal constatação, professores de língua Estrangeira sabem que são atribuídos a eles um dos maiores e mais difíceis desafios em torno de toda essa problematização com o intuito de ressignificação e aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem da disciplina de Língua Inglesa.

Contudo, não é pertinente, muito menos condizente a atribuição da inteira responsabilidade somente ao professor, visto que, trata-se de um processo formado por diversos agentes e fatores. O melhoramento do ensino/aprendizagem da Língua Inglesa nas escolas públicas será possível por meio da constante prática de reflexão-ação no que diz respeito à formação de professores que atuam em sala de aula, bem como, em suas próprias reflexões, no envolvimento crítico e consciente dos alunos e por fim, nem por isso menos importante, ao contrário, ao estabelecimento de objetivos e metas realistas para esse ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À medida que esse artigo se constituía, aumentava ainda mais o meu anseio em conseguir, como professora de Língua Inglesa que já atuou em escola pública e pretende atuar futuramente, esclarecer aos meus alunos e futuros alunos o quão pertinente e valiosa é a oportunidade que os mesmos têm de aprender uma segunda língua em seu ambiente escolar. Os alunos frequentemente tentam iniciar discussões a respeito da sensação de não progressividade em seus estudos em Língua Inglesa, questionando os conteúdos propostos e suas competências de uso. Por meio de tal constatação revelou-se minha maior motivação: apresentar argumentos - mesmo que ainda de forma muito sutil - que nos auxiliem enquanto professores da disciplina a argumentar em objeção a discursos negativos e

precários relacionados ao processo de ensino/aprendizagem da disciplina em questão.

Destaca-se que todo processo de ensino/aprendizagem para que obtenha sucesso, inicia-se primordialmente por meio da conscientização e estabelecimento/definição do que se almeja ensinar, do que se almeja aprender e quais são os meios que podem ser utilizados e estão disponíveis para atingir tais objetivos. A partir do momento em que os envolvidos com o processo reconhecem o que se espera que seja ensinado/aprendido, quais são suas limitações, recursos disponíveis para lidar com as mesmas, há então um início de consciência e valoração dos “porquês” ensinar/aprender determinado conteúdo.

No que diz respeito à metodologia defendida nos documentos que norteiam a disciplina é evidente que as intenções da mesma são consideravelmente relevantes, de bom senso e condizem com a realidade de nossa sociedade, no sentido de instigar professores para que realizem suas práticas pedagógicas de forma que sempre estejam em busca de uma utilização real da língua e não a tratando somente como objeto intocável/imutável ou ainda de caráter meramente estrutural. A metodologia engrandece o trabalho e contato com a função da língua que perpassa o ato de “decorar” regras gramaticais, de tradução de textos ou ainda atividades que não exijam muito envolvimento por parte dos alunos.

Diante do exposto, fica claro que o processo de ensino/aprendizagem de Língua Inglesa em escolas públicas certamente ainda está distante de alcançar patamares altíssimos de excelência e eficiência. Contudo, enfatiza-se que há caminhos possíveis e metas alcançáveis as quais, levando em consideração as possibilidades e realidades do contexto, contribuem de forma incalculável para a realização de ações que cooperem para um envolvimento efetivo e crítico de professores e alunos reflexivos e conscientes de seus anseios para com a disciplina e que, portanto sejam, verdadeiramente, sujeitos comprometidos com esse longo, interminável e constante esforço de aperfeiçoamento no que tange ao ensino e aprendizagem de Língua Inglesa em escolas públicas e suas possibilidades de realmente acontecer, no sentido literal, com a devida percepção e lucidez desse amplo processo.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Flávius Almeida dos; SIQUEIRA, Domingos Sávio Pimentel. Ensino de inglês como língua franca na escola pública: por uma crença no seu (bom) funcionamento. In **Muitas Vozes**, Ponta Grossa, v.1, n.1, p. 127-149, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Secretaria Especial de Informática, p. 43,1988.

CÂMARA, Marluce Maria Clemente; UTSUMI, Miriam Cardoso. A abordagem comunicativa no Ensino de Língua Inglesa com crianças de Escola Pública. 2004. In: **VI Encontro De Pesquisa Em Educação Da Região Sudeste**. RIO DE JANEIRO, 2004.

CAVALCANTI, Marilda C.; DA MOITA LOPES, Luiz Paulo. **Implementação de pesquisa na sala de aula de línguas no contexto brasileiro**. Trabalhos em lingüística aplicada, v. 17, n. 1, 2012.

DIAS, Clarissa Nicoloides; SOUZA, Antonio Escandiel de. **O ensino da língua estrangeira na escola pública e as proposições dos parâmetros curriculares nacionais (PCNs): Um estudo reflexivo**. Acesso em: 23 de maio de 2015.

FREIRE, P. Linguagem e Poder. **Revista Perspectiva**. CED. Florianópolis. v. 1, n. 4, p. 47-51. 1985

FREIRE, Luiz Gustavo Lima. **Auto-regulação da aprendizagem**. Ciências & Cognição, v. 14, n. 2, p. 276-286, 2009.

GIMENEZ, Telma Nunes; PERIN, Jussara Olivo Rosa; SOUZA, Maria Marques de. Ensino de inglês nas escolas públicas: o que pensam pais, alunos e profissionais da educação. In **Signum: Estud. Ling.**, Londrina, n.6/1, p.167-182, dez. 2003.

KADRI, Michelle Salles el; GIMENEZ, Telma Nunes; PASSONI, Taisa; RAMOS, Samantha. Idealizando soluções para o ensino de inglês em circunstâncias adversas: Uma experiência na formação inicial. In: **Caleidoscópio**, Vol. 9, n. 1, p. 41-49, 2011.

LEFFA, Vilson J. O ensino de línguas estrangeiras no contexto nacional. In **Contexturas**, Apliesp, v. 4, n. 4, p. 13-24, 1999.

LIMA, Nayra Silva; FILHO, Marcelo Nicomedes dos Reis Silva. A abordagem comunicativa no processo de aquisição de língua inglesa. In **Sociodialeto**, Campo Grande, ISSN: 2178 - 1486, Volume 3, Número 9, março 2013.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. Ensino de língua estrangeira para jovens e adultos na escola pública. In: LIMA, D. C. **Ensino e aprendizagem de língua inglesa: conversas com especialistas**. São Paulo: Parábola Editorial, p.21-31, 2009.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica: Língua Estrangeira Moderna**. Curitiba, 2008.

RICHTER, Marcos Gustavo; BALBINOT, Marcio. A abordagem comunicativa na aquisição de língua escrita. In **Linguagem e Cidadania**, edição nº 06, 2001.

SANTOS, Marcos Pereira dos;As Disciplinas de Língua Estrangeira Moderna no Currículo Escolar da Educação Básica na Atualidade: algumas reflexões.In **Magistro**, Vol. 2 Num.1, 2012.

VILAÇA, Márcio Luiz Correa. Métodos de Ensino de Línguas Estrangeira: fundamento, críticas, ecletismo.In **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**, v. 7, n. 26, 3-88, 2008.

Recebido: 18 out. 2016.

Aprovado: 24 ago. 2017.

DOI:

Como citar: OLIVEIRA, D. I. H. ; Disciplina curricular de língua inglesa em escolas públicas : metodologia e suas atribuições na formação do aluno. R. Eletr. Cient. Inov. Tecnol, Medianeira, v. 8, n. 16, 2017. E – 4828. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/recit>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

